



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data de atualização: 16/05/2011

CITAÇÃO E/OU INTIMAÇÃO

SÚMULA TJ Nº 127

PARA A CONFIGURAÇÃO DO ABUSO DO DIREITO É DISPENSÁVEL A PROVA DA CULPA.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº [2006.146.00007](#) – JULGAMENTO EM 21/12//2006 – RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO JOSÉ AZEVEDO PINTO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

SÚMULA TJ Nº 118

A CITAÇÃO POSTAL COMPROVADAMENTE ENTREGUE À PESSOA FÍSICA, BEM ASSIM NA SEDE OU FILIAL DA PESSOA JURÍDICA, FAZ PRESUMIR O CONHECIMENTO E A VALIDADE DO ATO.

REFERÊNCIA: SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE Nº [2006.146.00004](#) – JULGAMENTO EM 09/10/2006 – VOTAÇÃO: UNÂNIME – RELATOR: DESEMBARGADOR MARCUS TULLIUS ALVES.

SÚMULA STJ Nº 196

AO EXECUTADO QUE, CITADO POR EDITAL OU POR HORA CERTA, PERMANECER REVEL, SERÁ NOMEADO CURADOR ESPECIAL, COM LEGITIMIDADE PARA APRESENTAÇÃO DE EMBARGOS.

(VER: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [EXECUÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 273

INTIMADA A DEFESA DA EXPEDIÇÃO DA CARTA PRECATÓRIA, TORNA-SE DESNECESSÁRIA INTIMAÇÃO DA DATA DA AUDIÊNCIA NO JUÍZO DEPRECADO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 282

CABE A CITAÇÃO POR EDITAL EM AÇÃO MONITÓRIA.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 410

A PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR CONSTITUI CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA A COBRANÇA DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU NÃO FAZER.

(VER: [OBRIGAÇÃO DE FAZER](#); [OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 414

A CITAÇÃO POR EDITAL NA EXECUÇÃO FISCAL É CABÍVEL QUANDO FRUSTRADAS AS DEMAIS MODALIDADES.

(VER: [EXECUÇÃO](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 429

A CITAÇÃO POSTAL, QUANDO AUTORIZADA POR LEI, EXIGE O AVISO DE RECEBIMENTO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 455

A DECISÃO QUE DETERMINA A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS COM BASE NO ART. 366 DO CPP DEVE SER CONCRETAMENTE FUNDAMENTADA, NÃO A JUSTIFICANDO UNICAMENTE O MERO DECURSO DO TEMPO.

VER: [PROCESSO PENAL](#), [PROVA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STF Nº 631

EXTINGUE-SE O PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA SE O IMPETRANTE NÃO PROMOVE, NO PRAZO ASSINADO, A CITAÇÃO DO LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO.

(VER: [MANDADO DE SEGURANÇA](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94

8. DISPENSÁVEL INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR NO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.

PRECEDENTES: AGINST [2009.002.22843](#), TJERJ, 7ª C. CÍVEL, JULGADO EM 03/08/2009. AGINST [2009.002.28416](#), TJERJ, 5ª C. CÍVEL, JULGADO EM 31/07/2009.

41. O PRAZO PARA CUMPRIMENTO DA TUTELA ESPECÍFICA DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER OU DAR FLUI DA DATA DA JUNTADA AOS AUTOS DO MANDADO DE INTIMAÇÃO DEVIDAMENTE CUMPRIDO.

PRECEDENTES: AGINST 2009.002.00833, TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADO EM 18/02/09.
AGINST 2009.002.24881, TJERJ, 10ª C. CÍVEL, JULGADO EM 16/09/09.

(VER: [OBRIGAÇÃO DE FAZER](#), [OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER](#), [TUTELA ESPECÍFICA](#))

67. A INTIMAÇÃO PESSOAL, DE QUE TRATA O ART. 267, § 1º, DO CPC, PODE SER REALIZADA SOB A FORMA POSTAL.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.17501](#), TJERJ, 19ª C. CÍVEL, JULGADA EM 13/04/09.
APCV [2009.001.41868](#), TJERJ, 4ª C. CÍVEL, JULGADA EM 28/10/09.

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

VIDE: CONSOLIDAÇÃO NO [AVISO TJ Nº 29 DE 07/04/2011](#)

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN12

ENUNCIADO 5 - A CORRESPONDÊNCIA OU CONTRA-FÉ RECEBIDA NO ENDEREÇO DA PARTE É EFICAZ PARA EFEITO DE CITAÇÃO, DESDE QUE IDENTIFICADO O SEU RECEBEDOR.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 13 - OS PRAZOS PROCESSUAIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, CONTAM-SE DA DATA DA INTIMAÇÃO OU CIÊNCIA DO ATO RESPECTIVO, E NÃO DA JUNTADA DO COMPROVANTE DA INTIMAÇÃO, OBSERVANDO-SE AS REGRAS DE CONTAGEM DO CPC OU DO CÓDIGO CIVIL, CONFORME O CASO. (NOVA REDAÇÃO APROVADA NO XXI ENCONTRO - VITÓRIA/ES).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PRAZO](#))

ENUNCIADO 37 - EM EXEGESE AO ART. 53, § 4º, DA LEI 9.099/1995, NÃO SE APLICA AO PROCESSO DE EXECUÇÃO O DISPOSTO NO ART. 18, § 2º, DA REFERIDA LEI, SENDO AUTORIZADOS O ARRESTO E A CITAÇÃO EDITALÍCIA QUANDO NÃO ENCONTRADO O DEVEDOR, OBSERVADOS, NO QUE COUBER, OS ARTS. 653 E 654 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. (NOVA REDAÇÃO APROVADA NO XXI ENCONTRO - VITÓRIA/ES).

(VER: [EXECUÇÃO](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 38 - A ANÁLISE DO ART. 52, IV, DA LEI 9.099/1995, DETERMINA QUE, DESDE LOGO, EXPEÇA-SE O MANDADO DE PENHORA, DEPÓSITO, AVALIAÇÃO E INTIMAÇÃO, INCLUSIVE DA EVENTUAL AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA, CONSIDERANDO-SE O EXECUTADO INTIMADO COM A SIMPLES ENTREGA DE CÓPIA DO REFERIDO MANDADO EM SEU ENDEREÇO, DEVENDO, NESSE CASO, SER CERTIFICADO CIRCUNSTANCIADAMENTE.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PENHORA](#))

ENUNCIADO 41- A CORRESPONDÊNCIA OU CONTRA-FÉ RECEBIDA NO ENDEREÇO DO ADVOGADO É EFICAZ PARA EFEITO DE INTIMAÇÃO, DESDE QUE IDENTIFICADO O SEU RECEBEDOR. (NOVA REDAÇÃO APROVADA NO XXI ENCONTRO - VITÓRIA/ES).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 53 - DEVERÁ CONSTAR DA CITAÇÃO A ADVERTÊNCIA, EM TERMOS CLAROS, DA POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.

(VER: [INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 101 - APLICA-SE AO JUIZADO ESPECIAL O DISPOSTO NO ART. 285, A, DO CPC (APROVADO NO XIX ENCONTRO - ARACAJU/SE).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 112 - A INTIMAÇÃO DA PENHORA E AVALIAÇÃO REALIZADA NA PESSOA DO EXECUTADO DISPENSA A INTIMAÇÃO DO ADVOGADO. SEMPRE QUE POSSÍVEL O OFICIAL DE JUSTIÇA DEVE PROCEDER A INTIMAÇÃO DO EXECUTADO NO MESMO MOMENTO DA CONSTRUIÇÃO JUDICIAL (ART.º 475, § 1º CPC). (APROVADO NO XX ENCONTRO - SÃO PAULO/SP).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PENHORA](#))

[ATO TJ Nº SN12, DE 23/06/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº SN23

5.1.1 - A CITAÇÃO POSTAL DE PESSOA JURÍDICA CONSIDERA-SE PERFEITA COM A ENTREGA DO A.R. OU NOTÍCIA DE RECUSA DO SEU RECEBIMENTO PELO ENCARGADO DA RECEPÇÃO OU QUALQUER EMPREGADO DA EMPRESA.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PESSOA JURÍDICA](#))

5.1.2 - A CITAÇÃO POSTAL DE PESSOA FÍSICA CONSIDERA-SE PERFEITA COM A ENTREGA DE A.R. ÀS PESSOAS QUE RESIDAM EM COMPANHIA DO RÉU OU SEUS EMPREGADOS DOMÉSTICOS.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

5.1.3 - É CABÍVEL A CITAÇÃO POSTAL DE RÉUS QUE TENHAM DOMICÍLIO EM OUTRAS COMARCAS OU ESTADOS.

(VER: [DOMICÍLIO](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

5.1.4 - É DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO DAS PARTES DAS SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS DE CONCILIAÇÃO OU TRANSAÇÃO, QUE SÃO IRRECORRÍVEIS NOS TERMOS DO ARTIGO 41, DA LEI Nº 9.099/95.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

5.1.5. - É DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO DO AUTOR DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO FEITO SEM APRECIÇÃO DO MÉRITO POR SUA AUSÊNCIA ÀS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO OU DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, CORRENDO PRAZO RECURSAL DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA (ART.242, §1º, DO CPC C/C ART.2º DA LEI Nº 9.099/95).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PRAZO](#))

5.2 - CITAÇÃO POR HORA CERTA - INADMISSIBILIDADE
NÃO É CABÍVEL A CITAÇÃO POR HORA CERTA EM SEDE DE JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

5.3 - CITAÇÃO DO RÉU - OCULTAÇÃO
O JUIZ PODERÁ CONSIDERAR O RÉU REGULARMENTE CITADO, SE VERIFICAR, ANTE MINUCIOSA CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, QUE O MESMO SE OCULTOU PARA EVITAR O RECEBIMENTO DA CITAÇÃO.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

7.2.1. - A INTIMAÇÃO DO ADVOGADO, PESSOALMENTE OU PELA IMPRENSA, PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS, DISPENSA A DA PARTE, INCLUSIVE PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER OU DE NÃO FAZER."

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [OBRIGAÇÃO DE FAZER](#), [OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER](#))

7.2.2 - NÃO SE APLICA NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS A REGRA DO ART. 242, §2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, CONSIDERANDO OS PRINCÍPIOS DA INFORMALIDADE E DA CELERIDADE, BEM COMO O DISPOSTO NO ART. 19 DA LEI Nº 9.099/95.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

8.1 - REPRESENTAÇÃO - PREPOSTO - CUMULAÇÃO
A PRESENÇA DAS PARTES - PESSOAS FÍSICAS E/OU PESSOAS JURÍDICAS, REPRESENTADAS POR PREPOSTO - É OBRIGATÓRIA NAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E/OU JULGAMENTO. (MODIFICADO NO VII ENCONTRO DE JUÍZES DE JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E TURMAS RECURSAIS, REALIZADO EM ANGRA DOS REIS, DE 15 A 17 DE JULHO DE 2005).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

8.3 - POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO
É POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (AIJ) NO MESMO DIA DA CONCILIAÇÃO, DESDE QUE O RÉU SEJA CITADO E O AUTOR INTIMADO ACERCA DE TAL POSSIBILIDADE, OU NO CASO DE CONCORDÂNCIA DAS PARTES.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

10.4.2 - NA INTIMAÇÃO DA PARTE POR VIA POSTAL DEVERÁ CONSTAR DA CORRESPONDÊNCIA O TEXTO DA DECISÃO OU DO DISPOSITIVO DA SENTENÇA, DE MODO A EVITAR SEU DESNECESSÁRIO COMPARECIMENTO A CARTÓRIO.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

12.2.3 - INTIMAÇÃO PARA OFERECIMENTO DE EMBARGOS: (CORRIGIDA A DUPLA NUMERAÇÃO ANTERIOR)
A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA OFERECIMENTO DE EMBARGOS SÓ É NECESSÁRIA QUANDO A PARTE NÃO TIVER ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS.

(VER: [EMBARGOS](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

13.1.4 - A EXECUÇÃO POR TÍTULO JUDICIAL PRESCINDE DE CITAÇÃO, EXPEDINDO-SE, DESDE LOGO, MANDADO DE PENHORA (ART.52, IV, DA LEI Nº 9.099/95).

(VER: [EXECUÇÃO](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PENHORA](#))

[AVISO TJ Nº 23, DE 02/07/2008](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 39

**12.2.1 - INTIMAÇÃO PARA OFERECIMENTO DE EMBARGOS:
A INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA OFERECIMENTO DE EMBARGOS SÓ É NECESSÁRIA QUANDO A PARTE NÃO TIVER ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS.**

[AVISO TJ Nº 39, DE 03/09/2007](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 65

4. O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER PELA ADMINISTRAÇÃO, ESPECIALMENTE NA HIPÓTESE DE IMPLANTAÇÃO DE BENEFÍCIO PECUNIÁRIO A SERVIDOR OU PENSIONISTA, CONTA-SE DA DATA DA INTIMAÇÃO DA ORDEM JUDICIAL OU DAQUELA FIXADA PELO JUÍZO; O CUMPRIMENTO TARDIO GERA O DEVER DE PAGAMENTO, EM VALOR ATUALIZADO MONETARIAMENTE, EM FOLHA SUPLEMENTAR.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#), [OBRIGAÇÃO DE FAZER](#), [PRAZO](#), [SERVIDOR PÚBLICO](#))

[AVISO TJ Nº 65, DE 11/12/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 67

1 - É DISPENSÁVEL A PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUANDO DA APLICAÇÃO DO ART. 285, A, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

(VER: [MINISTÉRIO PÚBLICO](#))

[AVISO TJ Nº 67, DE 07/12/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 43

12 - EM SE TRATANDO DE LESÕES CORPORAIS DE NATUREZA DUVIDOSA, CABERÁ AO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL PROVIDENCIAR A INTIMAÇÃO E O ENCAMINHAMENTO DA VÍTIMA A EXAME COMPLEMENTAR - (I EJMP-DP-PM)

29 - SOMENTE SERÁ VÁLIDA A INTIMAÇÃO POSTAL ENTREGUE NA RESIDÊNCIA DA VÍTIMA E NA DO AUTOR DO FATO, DESDE QUE, INEQUIVOCAMENTE, HAJA CIÊNCIA DOS MESMOS ATRAVÉS DE ASSINATURA NO A.R. - (I EJMP)

49 - O JUIZ PODE REJEITAR A DENÚNCIA ANTES DA AIJ, CASO EM QUE, INTERPOSTA A APELAÇÃO, ORDENARÁ A CITAÇÃO/INTIMAÇÃO DO RÉU - (I EJJE CRIM)

56 - O PROCESSO SERÁ REMETIDO AO JUÍZO COMUM APÓS A DENÚNCIA E IMPOSSIBILIDADE DE CITAÇÃO PESSOAL NO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL COM BASE EM CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, AINDA QUE ANTERIOR À DENÚNCIA - (III EJJE)

57 - NAS HIPÓTESES DO ART. 362 DO CPP APLICA-SE O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 66 DA LEI 9.099/95 - (I EJJECRIM)

(VER: [PROCESSO PENAL](#))

64 - É INCABÍVEL O INTERROGATÓRIO ATRAVÉS DE CARTA PRECATÓRIA POR FERIR OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A LEI 9099/95 (I EJJJE)

79 - CASO NÃO SEJA NECESSÁRIA A REMESSA DE CÓPIAS DE PEÇAS, A PRECATÓRIA PODERÁ SER REMETIDA POR CORREIO ELETRÔNICO DO CARTÓRIO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (II EJJECRIM).

[AVISO TJ Nº 43, DE 04/09/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 33

1- O RÉU SERÁ INTIMADO, POR VIA POSTAL, DA SENTENÇA PROFERIDA COM BASE NO ART.285-A, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO, EM CASO DE NÃO-INTERPOSIÇÃO DE RECURSO PELO AUTOR, NA FORMA DO ART. 219, § 6º, DO MESMO ESTATUTO.

(VER: [RECURSO](#), [TRÂNSITO EM JULGADO](#))

11- RECEBIDA A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, SOBRE ELA SERÁ INTIMADO O CREDOR, NA PESSOA DE SEU ADVOGADO, PARA SE PRONUNCIAR NO PRAZO DE 15 DIAS.

[AVISO TJ Nº 33, DE 07/07/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 32

9. A CITAÇÃO POSTAL ENTREGUE NO ENDEREÇO DA PESSOA FÍSICA E NO DA SEDE OU FILIAL DA PESSOA JURÍDICA FAZ PRESUMIR O CONHECIMENTO E A VALIDADE DO ATO.

JUSTIFICATIVA: REMANSADA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA ASSIM TEM CONSIDERADO A QUESTÃO, À LUZ DA TEORIA DA APARÊNCIA.

REF.: RESP 702.392/RS, STJ, 1ª TURMA, DJ DE 29/08/2005, P. 186.

APCV 2006.001.03222, TJERJ, 17ª CÂMARA CÍVEL, JULGADA EM 22/02/2006.

APCV 2005.001.28744, TJERJ, 3ª CÂMARA CÍVEL, JULGADA EM 21/03/2006

(VER: [PESSOA JURÍDICA](#))

11. A GARANTIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO, DEFERIDA PENHORA DE RECEITA, SE EFETIVA PELA LAVRATURA DO TERMO É A INTIMAÇÃO DO DEPOSITÁRIO, FLUINDO O PRAZO PARA OPOSIÇÃO DO DEVEDOR INDEPENDENTE DA EFETIVA ARRECADAÇÃO.

JUSTIFICATIVA: NA PENHORA DE RECEITA, A GARANTIA DO JUÍZO OCORRE COM A SIMPLES INTIMAÇÃO, DE SORTE QUE OS ATOS DE ARRECADAÇÃO IMPORTAM EM MERA EFETIVAÇÃO DA MEDIDA CONSTRITIVA E NÃO INFLUEM NO PRAZO DE OPOSIÇÃO DO DEVEDOR.

REF.: AGRG NO RESP 415339/SC, STJ, 1ª TURMA, DJ DE 06/06/2005, P. 178.

AGI 2005.002.13965, TJERJ, 17ª CÂMARA CÍVEL, JULGADO EM 08/09/2005.

AGI 2001.002.15628, TJERJ, 2ª CÂMARA CÍVEL, JULGADO EM 13/03/2002.

(VER: [EXECUÇÃO](#), [PENHORA](#), [PRAZO](#))

19. A INTIMAÇÃO DA PARTE PARA OS FINS DA EXTINÇÃO DO PROCESSO NA HIPÓTESE DO ART. 267, PARÁGRAFO 1º, DO CPC, PODERÁ SER DETERMINADA DE OFÍCIO PELO JUIZ.

JUSTIFICATIVA: A EXTINÇÃO PELO DISPOSITIVO SUPRA TORNARÁ POSSÍVEL O ARQUIVAMENTO DEFINITIVO. SE ISTO NÃO PUDER SER FEITO DE OFÍCIO, OS PROCESSOS PARALISADOS, EM QUE NÃO HAJA REQUERIMENTO DA PARTE INTERESSADA PARA INTIMAÇÃO NOS MOLDES DO PARÁGRAFO 1º, NÃO PODERÃO SER REMETIDOS PARA O ARQUIVO, RESSALTANDO-SE QUE O ARQUIVAMENTO PROVISÓRIO NÃO SERÁ PERMITIDO NESTES CASOS.

(VER: [EXTINÇÃO DO PROCESSO](#))

[AVISO TJ Nº 32, DE 07/07/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 39

9 - A AUTORIDADE POLICIAL DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, INDAGAR DOS ENVOLVIDOS SE HÁ TESTEMUNHAS DO FATOS, FAZENDO CONSTAR DO TERMO TAL INFORMAÇÃO - (I EJMP-DP-PM).

(VER: [DEFENSORIA PÚBLICA](#), [PROCESSO PENAL](#))

13 - NÃO É POSSÍVEL O ACAUTELAMENTO, SUSPENSÃO E/OU ARQUIVAMENTO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO EM SEDE POLICIAL - (I EJMP-DP-PM).

17 - A "REPRESENTAÇÃO DE BARRA", CONSTANTE NO REGISTRO DE OCORRÊNCIA (RO) É VÁLIDA, TENDO EM VISTA SER DISPENSÁVEL QUALQUER FORMALIDADE PARA A REPRESENTAÇÃO - (I EJJE).

32 - NÃO HAVENDO INTERESSE DE MENORES OU INCAPAZES, NÃO É NULA A DECISÃO QUE HOMOLOGA COMPOSIÇÃO DOS DANOS CIVIS SE, DEVIDAMENTE INTIMADO, O MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO HOUVER COMPARECIDO À AUDIÊNCIA PRELIMINAR - (I EJTR).

(VER: [SUSPENSÃO PROCESSUAL](#))

64 - É INCABÍVEL O INTERROGATÓRIO ATRAVÉS DE CARTA PRECATÓRIA POR FERIR OS PRINCÍPIOS QUE REGEM A LEI 9099/95 (I EJJE).

(VER: [PROCESSO PENAL](#))

[AVISO TJ Nº 39, DE 19/09/2005](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 29

7.2.1 - A INTIMAÇÃO DO ADVOGADO, PESSOALMENTE OU PELA IMPRENSA, PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS, DISPENSA A DA PARTE.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

11.9.1 - CONTRA O REVEL, CORREM EM CARTÓRIO TODOS OS PRAZOS, INCLUSIVE O DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA, INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÇÃO.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PRAZO](#), [REVELIA](#))

13.1.4 - A EXECUÇÃO POR TÍTULO JUDICIAL PRESCINDE DE CITAÇÃO, EXPEDINDO-SE, DESDE LOGO, MANDADO DE PENHORA (ART.52, IV, DA LEI Nº 9.099/95). DO MANDADO CONSTARÁ A POSSIBILIDADE DO DEVEDOR NOMEAR BENS À PENHORA, NAQUELE ATO, SOB PENA DE NÃO O FAZENDO, INCIDIR A CONSTRIÇÃO SOBRE A RENDA OU SALDO EM CONTA-CORRENTE, FLUINDO DAÍ, O PRAZO PARA OFERECIMENTO DE EMBARGOS.

(VER: [EMBARGOS](#), [EXECUÇÃO](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PENHORA](#), [PRAZO](#))

[AVISO TJ Nº 29, DE 03/08/2005](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 33

14 – O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL, QUE NÃO COMPORTE RECURSO COM EFEITO SUSPENSIVO, POR AUTORIDADE ADMINISTRATIVA, APÓS REGULAMENTE INTIMADA, CONFIGURA CRIME DE PREVARICAÇÃO, NA MODALIDADE OMISSIVA, DE NATUREZA PERMANENTE, E AUTORIZA COMO MEDIDA DE APOIO PREVISTA NO ART. 461, § 5º, DO CPC, TENDENTE À EFETIVAÇÃO DA DECISÃO, CAPTURA, DETENÇÃO E ENCAMINHAMENTO DAQUELA À AUTORIDADE POLICIAL PARA LAVRATURA DE TERMO CIRCUNSTANCIADO E PROVIDÊNCIAS ULTERIORES.

(VER: [RECURSO](#))

[AVISO TJ Nº 33, DE 23/07/2002](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 33

ENUNCIADO CÍVEL Nº 41 - A INTIMAÇÃO DO ADVOGADO É VÁLIDA NA PESSOA DE QUALQUER INTEGRANTE DO ESCRITÓRIO, DESDE QUE IDENTIFICADO.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO CRIMINAL Nº 9 - A INTIMAÇÃO DO AUTOR DO FATO PARA A AUDIÊNCIA PRELIMINAR DEVE CONTER A ADVERTÊNCIA DA NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO DE ADVOGADO E DE QUE, NA SUA FALTA, SER-LHE-Á NOMEADO DEFENSOR PÚBLICO.

(VER: [DECADÊNCIA](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO CRIMINAL Nº 12 - O PROCESSO SÓ SERÁ REMETIDO AO JUIZO COMUM, APÓS A DENÚNCIA E TENTATIVA DE CITAÇÃO PESSOAL NO JUIZADO ESPECIAL.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [JUSTIÇA COMUM](#))

ENUNCIADO CRIMINAL Nº 32 - O JUIZ ORDENARÁ A INTIMAÇÃO DA VÍTIMA PARA A AUDIÊNCIA DE SUSPENSÃO DO PROCESSO COMO FORMA DE FACILITAR A REPARAÇÃO DO DANO, NOS TERMOS DO ART. 89, PARÁGRAFO 1, DA LEI 9.099/95.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [SUSPENSÃO PROCESSUAL](#))

[AVISO TJ Nº 33, DE 12/07/2001](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 46

6) A SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES À RECEITA FEDERAL NO PROCESSO DE EXECUÇÃO DEVERÁ SER REALIZADA, SE NECESSÁRIO, ATRAVÉS DE MANDADO DE INTIMAÇÃO, COM PRAZO PARA CUMPRIMENTO E ENTREGUE PESSOALMENTE, PARA QUE, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO, SEJAM APLICADAS AS PENALIDADES PERTINENTES.

(VER: [EXECUÇÃO](#), [PRAZO](#))

8) A PRESCRIÇÃO SERÁ INTERROMPIDA COM O DESPACHO DETERMINANDO A CITAÇÃO, QUANDO TAMBÉM SERÁ INTERROMPIDA PARA O RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO, INDEPENDENTEMENTE DE CONSTAR SEU NOME NA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA.

(VER: [CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA](#), [PRESCRIÇÃO](#), [TRIBUTÁRIO](#))

10) A CITAÇÃO ESTARÁ APERFEIÇOADA COM A ENTREGA DO AR NO ENDEREÇO DA EXECUTADA, NÃO IMPORTANDO POR QUEM FOR ELE RECEBIDO.

11) CABERÁ AO OFICIAL DE JUSTIÇA DILIGENCIAR, NO ENDEREÇO INDICADO PELO CREDOR, A LOCALIZAÇÃO DA EXECUTADA E DE SEUS SÓCIOS. EM CASO DE CERTIDÃO NEGATIVA, PROCEDER-SE-Á, DE IMEDIATO, À CITAÇÃO POR EDITAL, DESNECESSÁRIO QUE A FAZENDA PÚBLICA PROCURE NOVO ENDEREÇO.

(VER: [DILIGÊNCIA](#), [FAZENDA PÚBLICA](#))

18) NO CASO DE PENHORA DE DINHEIRO, COM PERÍODO MENSAL DE DEPÓSITO, O PRAZO PARA EMBARGOS CONTA-SE DA INTIMAÇÃO DA PENHORA E NÃO DO ÚLTIMO DEPÓSITO.

(VER: [EMBARGOS](#), [PENHORA](#), [PRAZO](#))

20) O SÓCIO DA EXECUTADA É PARTE ILEGÍTIMA PARA OPOR EMBARGOS À EXECUÇÃO, DESDE QUE NÃO TENHA SIDO CITADO PARA A EXECUÇÃO COMO RESPONSÁVEL TRIBUTÁRIO.

(VER: [EMBARGOS À EXECUÇÃO](#), [LEGITIMIDADE](#), [TRIBUTÁRIO](#))

34) EM SEDE DE EXECUÇÃO FISCAL, NÃO SENDO CITADO O DEVEDOR, NEM LOCALIZADOS BENS PENHORÁVEIS, OS AUTOS DO PROCESSO, APÓS UM ANO DE SUSPENSÃO, SERÃO REMETIDOS AO ARQUIVO PROVISÓRIO, NÃO CORRENDO A PRESCRIÇÃO.

(VER: [EXECUÇÃO](#), [PENHORA](#), [PRESCRIÇÃO](#))

[AVISO TJ Nº 46, DE 15/09/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4

ENUNCIADO Nº IV – O DISPOSTO NOS ART. 219 E 220 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NÃO INCIDE SOBRE AS AÇÕES PROPOSTAS NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 8.245/91. BASTANDO O RESPECTIVO AJUIZAMENTO PARA OBSTAR A DECADÊNCIA.

(VER: [DECADÊNCIA](#), [LOCAÇÃO](#))

ENUNCIADO Nº XVIII – A INTIMAÇÃO, A QUE SE REFERE O ART. 67, II, DA LEI Nº 8.245/91, É FEITA AO PATRONO DO AUTOR, SENDO O PRAZO PEREMPTÓRIO.

(VER: [DIREITO IMOBILIÁRIO](#), [LOCAÇÃO](#), [PRAZO](#))

ENUNCIADO Nº XLVIII – DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO DA FAZENDA, PARA CIÊNCIA DA SENTENÇA QUE HOMOLOGA PARTILHA OU ADJUDICAÇÃO, UMA VEZ QUE HAJA PRECEDENTEMENTE CONCORDADO COM SEUS TERMOS, TRANSITANDO EM JULGADO A CORRESPONDENTE DECISÃO, PROFERIDA NO INVENTÁRIO, TÃO LOGO PUBLICADA.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#), [INVENTÁRIO – PARTILHA](#), [TRÂNSITO EM JULGADO](#))

ENUNCIADO Nº XLIX – É RECOMENDÁVEL QUE A CITAÇÃO DE HERDEIROS SEJA TENTADA, EM PRIMEIRO LUGAR, PELA VIA POSTAL.

(VER: [INVENTÁRIO – PARTILHA](#))

ENUNCIADO Nº LII – AS EXECUÇÕES DE PRESTAÇÕES ALIMENTÍCIAS DEVEM SER PROPOSTAS EM PROCESSOS AUTÔNOMOS, INICIADOS COM PETIÇÃO QUE PREENCHA OS REQUISITOS DO ART. 282 DO C. P. C. E INSTRUÍDA COM CÓPIA DO RESPECTIVO TÍTULO JUDICIAL. APÓS A CITAÇÃO DO DEVEDOR, OUTRAS PARCELAS DEVIDAS SÓ PODERÃO SER ACRESCIDAS COM SUA ANUÊNCIA. O PROCESSO SERÁ EXTINTO SEMPRE QUE PAGO O DÉBITO.

(VER: [ALIMENTOS](#), [EXECUÇÃO](#))

[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 68

ENUNCIADO Nº VIII – É EXIGÍVEL A PROVA DE RECEBIMENTO PESSOAL PELO DEVEDOR DA NOTIFICAÇÃO NAS AÇÕES DE BUSCA E APREENSÃO FUNDADAS NO DECRETO-LEI Nº 119/69, SALVO SE COMPROVADO NOS AUTOS O PROTESTO DO TÍTULO.

(VER: [PROVA](#))

[AVISO CGJ Nº 68, DE 29/05/1992](#)

Disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON/SEESC)

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@tjrj.jus.br